



1 06

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
Departamento de Compras – Setor de Contratos

TERMO DE FOMENTO Nº 04/2019

Processo nº 20938/2018

Fundamento: Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto nº 8.726/16 (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Valor: R\$ 901.584,00

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2021 /

Termo de Fomento que entre si celebram o Município de Mauá, através da Secretaria Educação e APASMA - Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Mauá, para os fins que especifica.

Aos 03 dias do mês de janeiro de 2019, pelo presente instrumento, nas dependências da Secretaria de Finanças - Setor de Contratos, da Prefeitura do Município de Mauá, com sede na Avenida João Ramalho nº. 205, Vila Noêmia, Mauá, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº. 46.522.959/0001-98, por meio da Secretaria de Educação, sediada na Rua Rio Branco, 183 – Vila Fausto Morelli – Mauá/SP, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pela Secretária de Educação, Sr<sup>a</sup>. Denise Aparecida Debartolo Pereira, portadora do RG nº 16.577.759-X, CPF nº 061.003.988-18, e a APASMA - Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Mauá, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.983.775/0001-77, com sede na Rua Santo André, 255 – JD. Haydee - Mauá - SP - CEP 09.370-310, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela Sr<sup>a</sup> Daisy Della Santa Pereira, Presidente da Associação, residente e domiciliada na Rua Olívia Fornari, 15 – Jardim São Judas – Mauá – SP – CEP: 09360-725, portadora do RG nº 11.020.726-9, e inscrita no CPF nº 040.931.478-17, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, na conformidade do que estabelece a Lei Federal nº 13.019/2014, devidamente atualizada, e o Decreto Federal nº 8.726/2016 que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico de parcerias. Rege-se, ainda pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como pelo que consta no Processo Administrativo nº 20.938/2018 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:** Constitui objeto do presente TERMO DE FOMENTO a execução de PLANO DE TRABALHO, analisado e aprovado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA que integra este instrumento, independente de transcrição, bem como sua homologação administrativa e pedagógica.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** É prerrogativa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, por meio da Secretaria de Educação, exercer a autoridade normativa, de controle e fiscalização da execução do objeto do presente TERMO DE FOMENTO.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES:** I- A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL obriga-se a: a) aprovar o PLANO DE TRABALHO apresentado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL; b) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação e desenvolvimento do objeto do TERMO DE FOMENTO; c) proceder, periodicamente, à avaliação das atividades propostas no PLANO DE TRABALHO, reformulando a qualquer tempo, o que entender necessário, desde que não venham sendo alcançadas as finalidades e/ou os objetivos planejados; d) transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros que deverão ser depositados em Conta Bancária específica, para a movimentação dos recursos destinados ao objeto do presente TERMO DE FOMENTO. II- A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a: a) executar em contrapartida, diretamente as atividades pactuadas em consonância com as diretrizes técnicas programáticas da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e de conformidade com o PLANO DE TRABALHO aprovado; b) arcar, em contrapartida, com os custos de toda e qualquer despesa que exceda ao recurso transferido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. c) manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, bem como quaisquer outros registros que sejam capazes de comprovar o número de usuários atendidos, e a periodicidade dos atendimentos (diário, semanal ou mensal) bem como as atividades desenvolvidas, de forma a possibilitar o acompanhamento da prestação dos serviços, bem como, a avaliação dos resultados alcançados. Indicar, ainda, a pessoa responsável pelo atendimento. d) propiciar aos técnicos credenciados da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução do objeto do PLANO DE TRABALHO; e) aplicar, integralmente, os recursos financeiros transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para o desenvolvimento de atividades propostas no PLANO DE TRABALHO apresentado e aprovado, visando: a remuneração da equipe dimensionada no PLANO DE TRABALHO, podendo contemplar as despesas com pagamento de impostos, contribuições sociais, fundo de garantia por tempo de serviço, férias, décimo terceiro salário, biênio, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que tais valores sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetivo e exclusivamente dedicado ao objeto do presente TERMO DE FOMENTO na conformidade do que consta no PLANO DE TRABALHO; pagamento de tarifas bancárias da conta exclusiva para o TERMO DE FOMENTO; pagamento de serviços de terceiros tais como: consumo de



07  
2

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
Departamento de Compras – Setor de Contratos

água, energia elétrica, telefone, internet, gás de cozinha, remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica, desde que tais gastos tenham por objeto o PLANO DE TRABALHO e sejam decorrentes exclusivamente de sua realização; despesas com serviços de pequenos reparos emergenciais; despesas com material de consumo e material de limpeza. Despesas com aquisição de equipamentos e/ou materiais permanentes só serão permitidas após autorização da Secretaria de Educação, mediante Parecer da Comissão Especial de Comprovação de Prestação de Contas, instituída por meio de Portaria do Excelentíssimo Senhor Prefeito; f) encaminhar com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da sua execução com a devida justificativa as solicitações de remanejamentos dos valores apresentados no PLANO DE TRABALHO, se ultrapassarem o valor de 10% do repasse mensal, e/ou qualquer alteração no seu bojo, que somente serão autorizadas após análise pela Comissão Especial de Comprovação de Prestação de Contas, instituída por meio de Portaria do Excelentíssimo Senhor Prefeito, que deverá avaliar a execução do PLANO DE TRABALHO; g) apresentar mensalmente, relatório de atendimento onde devem constar dados e informações capazes de demonstrar que os objetivos propostos no PLANO DE TRABALHO estão sendo atingidos; h) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do TERMO DE FOMENTO para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos no desenvolvimento do PLANO DE TRABALHO proposto; i) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes dos atendimentos, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais deles decorrentes, não gerando para a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL nenhuma obrigação; j) manter arquivados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da prestação de contas final, o cadastro dos usuários do Projeto apontado no PLANO DE TRABALHO, assim como os prontuários, guias de encaminhamento, fichas de inscrição ou de matrícula, listas de frequência e demais registros individualizados, inclusive contábeis, com a identificação do projeto indicado no PLANO DE TRABALHO e respectivo TERMO DE FOMENTO; k) prestar atendimento ininterrupto no projeto específico, de acordo com o PLANO DE TRABALHO apresentado; l) apresentar a prestação de contas periódica em até 15 (quinze) dias após o repasse e/ou 15 dias do mês subsequente e a prestação de contas ANUAL até o dia 15 (quinze) de fevereiro do exercício seguinte ao último repasse de cada ano, ou seja, 15 de fevereiro de 2020, 15 de fevereiro de 2021 e 15 de fevereiro de 2022.

**CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E DOS RECURSOS:** O valor do presente TERMO DE FOMENTO é de R\$ 901.584,00 (novecentos e um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), tendo sido considerado o per capita de R\$ 417,40 (quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos) **Parágrafo Primeiro:** Os recursos serão depositados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL na Conta nº 1133-7, Banco da Caixa Econômica Federal, Agência: 2978, Cidade Mauá. **Parágrafo Segundo:** As despesas oriundas do presente, TERMO DE FOMENTO correrão por conta do repasse de verbas próprias, conforme orçamento vigente, onerando a dotação orçamentária nº 07.07.12.367.0071.2332-3.3.50.41.00.00.00.00, Recurso 0001 - 1000, Documento de Empenho nº 2019/25 sendo o restante prenotado para os exercícios de 2020 e 2021.

**CLÁUSULA QUINTA: DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** Os recursos para a cobertura das despesas decorrentes deste TERMO DE FOMENTO serão liberados em 36 parcelas, uma vez que a vigência do Termo de Fomento será de 36 (trinta e seis) meses, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021. O repasse dos recursos será efetivado de acordo com a determinação da Secretaria de Educação, na conformidade do que consta no PLANO DE TRABALHO aprovado. **Parágrafo Primeiro:** A primeira parcela será liberada em janeiro de 2019 após a assinatura do TERMO DE FOMENTO. As demais parcelas serão liberadas mediante a apresentação do relatório de atendimento e planilha de gastos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, conforme comprovação das cláusulas pactuadas, podendo haver a liberação de mais parcelas, mediante justificativa da Secretaria de Educação e prestação de contas do período correspondente à liberação que deverá ser apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. **Parágrafo Segundo:** Ocorrendo a inadimplência por parte da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as liberações posteriores ficarão suspensas até o adimplemento da obrigação quando dela não resultar a rescisão do TERMO DE FOMENTO.

**CLÁUSULA SEXTA: DA ALTERAÇÃO:** Este TERMO DE FOMENTO poderá ser alterado, em comum acordo, mediante Termo Aditivo para suplementar, se necessário, o seu valor.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:** o presente TERMO DE FOMENTO poderá ser denunciado, dando-se ciência por escrito, a qualquer tempo e rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável. **Parágrafo Primeiro:** Constitui, particularmente, motivos para rescisão a constatação das seguintes situações: I - desvio do objeto constante do Plano de Trabalho aprovado, II - descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam os serviços a serem prestados, especialmente quanto aos padrões de qualidade do atendimento; III - cobrança aos usuários dos serviços prestados, de quaisquer valores pelo atendimento realizado; IV - falta de apresentação do relatório de atendimento, na forma pactuada; V - manifestação do Conselho Fiscal da Entidade, desabonando as suas contas. **Parágrafo Segundo:** Quando ocorrer denúncia ou rescisão, ficarão os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que viger este instrumento, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

